

Secretaria de Estado de Educação

SIMAVE PROALFA 2012

Revista da Gestão Escolar

ISSN 1983-0157

REVISTA DA GESTÃO ESCOLAR

Sistema Mineiro de Avaliação da
Educação Pública (Simave)

Proalfa



GOVERNADOR DE MINAS GERAIS
ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
MARIA SUELI DE OLIVEIRA PIRES

CHEFE DE GABINETE
MARIA CLÁUDIA PEIXOTO ALMEIDA

SUBSECRETÁRIA DE INFORMAÇÕES E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
SÔNIA ANDÈRE CRUZ

SUPERINTENDÊNCIA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
MARIA INEZ BARROSO SIMÕES

INCENTIVO PARA AVANÇARMOS AINDA MAIS

Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Estado de Educação



O Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) 2012 confirmou que a maioria absoluta dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental está no patamar recomendável de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, resultado similar ao conquistado pela rede estadual de ensino básico nas duas avaliações anteriores, em 2010 e em 2011.

Para o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), responsável pela aplicação do Proalfa, este resultado é expressivo, principalmente se considerarmos que, ano após ano, 85% dos alunos têm se mantido acima do nível recomendável de desenvolvimento em Língua Portuguesa. Além disso, somos, em Minas Gerais, um sistema educacional complexo e heterogêneo.

Precisamos destacar, ainda, que, em sete anos - de 2006 a 2012 -, o conhecimento em Língua Portuguesa dos alunos do 3º ano do Ciclo da Alfabetização da rede estadual de ensino praticamente dobrou. Nessa etapa educacional, em 2006, 48,65% dos nossos alunos estavam no patamar considerado recomendado. Em 2012, alcançamos o índice de 87,30%.

A consolidação desse patamar de desenvolvimento, acima de 85%, em todo o sistema é uma conquista, deve ser celebrada e, sobretudo, compartilhada. Ela é resultado da dedicação e do esforço coletivo daqueles que integram a rede estadual mineira: estudantes, pais e responsáveis - parceiros indispensáveis do processo escolar, professores, que têm buscado proporcionar aos nossos jovens uma educação de qualidade, diretores que, por meio do aprimoramento dos processos de gestão, têm transformado as nossas escolas. Enfim, a todos da comunidade escolar. A vocês, os meus cumprimentos!

Também precisamos celebrar o bom desempenho das redes municipais de ensino. O avanço, nos últimos anos, da proficiência em Língua Portuguesa dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das redes municipais também é visível.

No entanto, sabemos que ainda temos um percurso a trilhar junto às redes municipais. Por isso, com o objetivo de garantir a essas escolas o mesmo instrumento que

assegurou os bons resultados nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas estaduais, a Secretaria de Estado de Educação expandiu para os municípios o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP). Essa iniciativa faz parte de uma estratégia de compartilhamento de programas e iniciativas do Governo de Minas, em diversas áreas da gestão pública, destinadas a incentivar e apoiar as administrações municipais. A municipalização do PIP atingiu 100% da meta, ou seja, a iniciativa vai atingir as 850 cidades mineiras que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental.

Mas, diante destas conquistas, ainda que muito significativas, creio que não devemos nos acomodar. Como cidadã, e, sobretudo, como mineira e educadora, acredito que devemos manter viva certa inquietude produtiva, que nos impulsiona e nos motiva a ousar produtivamente, a mirar novos horizontes, a almejar novos desafios. Nós, educadores mineiros, comungamos o compromisso ético com o ensino público, de qualidade e inclusivo. E este compromisso é que nos alimenta e nos coloca nos trilhos da busca por patamares de desenvolvimento ainda mais ousados.

É por isso que convido vocês a enfrentar mais uma nova jornada: a Secretaria de Estado de Educação (SEE) vai aprimorar a metodologia de aferição do Proalfa. Atualmente, a avaliação traz três categorias de desempenho: baixo, intermediário e recomendado. Vamos introduzir, a partir de 2013, uma nova categoria, o nível avançado, para estimular a caminhada rumo a um patamar de desenvolvimento ainda mais elevado. E, além disso, vamos avaliar também o conhecimento de nossos estudantes em Matemática.

Vamos trabalhar para que nosso sistema conquiste este novo patamar de desenvolvimento. Minas é Educação e nós fazemos parte desta história.

Cordialmente,

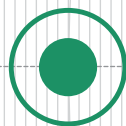
Ana Lúcia Almeida Gazzola

Secretária de Estado de Educação

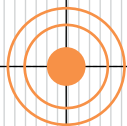
Governo do Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

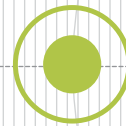
O DESAFIO DA GESTÃO ESCOLAR:
AVALIAÇÃO E QUALIDADE DO
ENSINO
PÁGINA 10

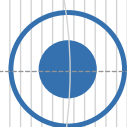


EXPERIÊNCIA
EM FOCO
PÁGINA 14

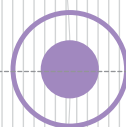


A AMPLIAÇÃO DO
ENSINO FUNDAMENTAL:
OBRIGATORIEDADE E
EXPECTATIVAS
PÁGINA 16

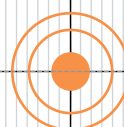




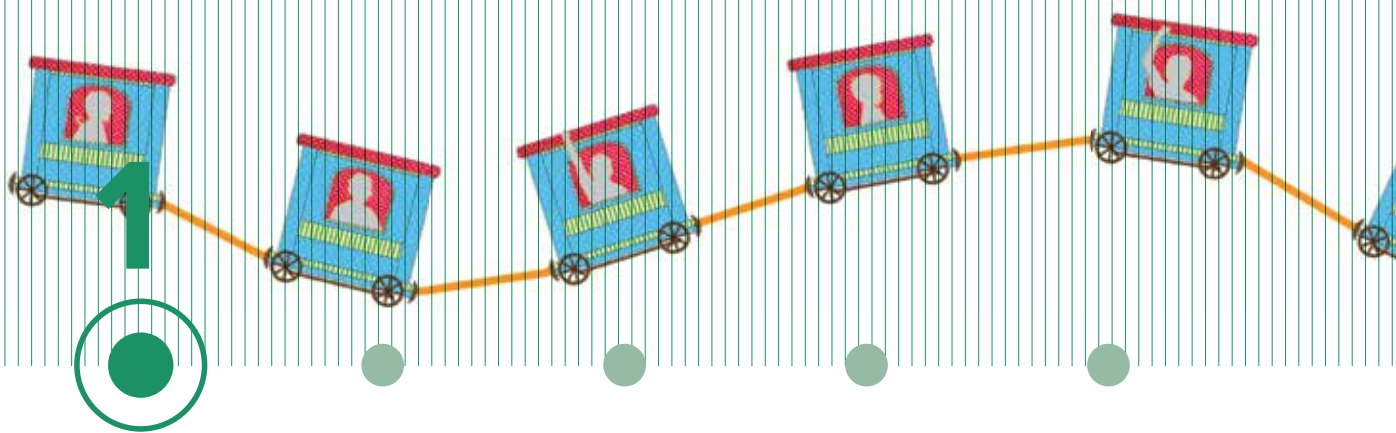
PADRÕES DE
DESEMPENHO
PÁGINA 19



OS RESULTADOS
DA AVALIAÇÃO
PÁGINA 22



EXPERIÊNCIA
EM FOCO
PÁGINA 21

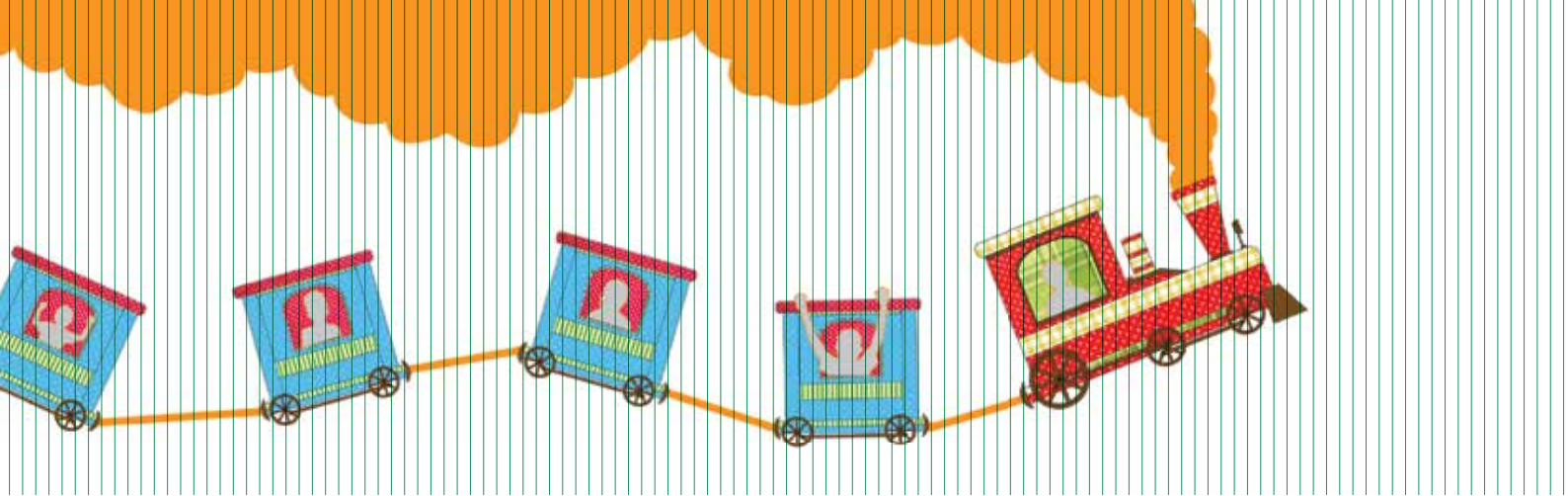


O DESAFIO DA GESTÃO ESCOLAR: AVALIAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO

Cara Equipe Gestora, a Revista da Gestão Escolar oferece informações gerais sobre a participação dos alunos na avaliação e os resultados de proficiência alcançados, apresentando, de modo sintético, os Padrões de Desempenho estudantil, além de discussões em prol de uma educação de qualidade.

A cidadania está ancorada nas metas públicas de uma educação de qualidade. Isso porque o indivíduo se torna cidadão não apenas quando o direito fundamental à vida lhe é assegurado, mas também quando está capacitado ao exercício da democracia, de modo a participar do destino da sociedade. Nesse sentido, a escola é uma das instâncias de referência para a formação deste sujeito crítico e ativo, sendo o papel formador um desafio para a gestão escolar. As atuais diretrizes federais propõem às instituições públicas de ensino autonomia no seu processo de decisões, tanto do ponto de vista pedagógico quanto financeiro.

Para garantir uma aprendizagem de qualidade, é preciso, antes de tudo, fazer um diagnóstico da educação nas redes de ensino que indique quais ações educacionais e gerenciais devem ser tomadas, função desempenhada pela avaliação em larga escala. Para que as ações sejam concretizadas em prol da excelência do sistema educacional, faz-se necessário que gestores, professores, alunos e comunidade escolar conheçam,



entendam e se apropriem de seus resultados. As informações obtidas subsidiam a elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem e ao planejamento de propostas pedagógicas que possam propiciar o avanço necessário.

Embora recente, a avaliação em larga escala no Brasil tem um respaldo legal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), em seu artigo 9º, inciso VI, estabelece que cabe à União assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar na Educação Básica e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade da educação. Neste contexto, as principais avaliações no país são o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Ao monitorar a qualidade do ensino, as avaliações fornecem aos gestores um importante diagnóstico para embasamento de políticas públicas educacionais nas instâncias federal, estadual e municipal.

A partir dessa perspectiva, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), divulga os resultados do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), no âmbito do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave). A presente publicação – Revista da Gestão Escolar – oferece informações gerais sobre a participação dos alunos na avaliação e os resultados de proficiência alcançados, apresentando, de modo sintético, os Padrões de Desempenho estudantil, além de discussões em prol de uma educação de qualidade. Também são disponibilizados nesta Revista depoimentos, baseados em relatos de experiência de gestores em diferentes instâncias do sistema educacional, de modo a aproximar a apropriação dos resultados à prática educacional. Nesta edição, especificamente, contamos com a participação de uma gestora regional e de um gestor escolar, nas páginas 12 e 26, respectivamente.



O PROALFA

O Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) integra o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave). Iniciado em 2005, o programa passou por sucessivas ampliações, agregando novas avaliações, como demonstra o quadro a seguir:

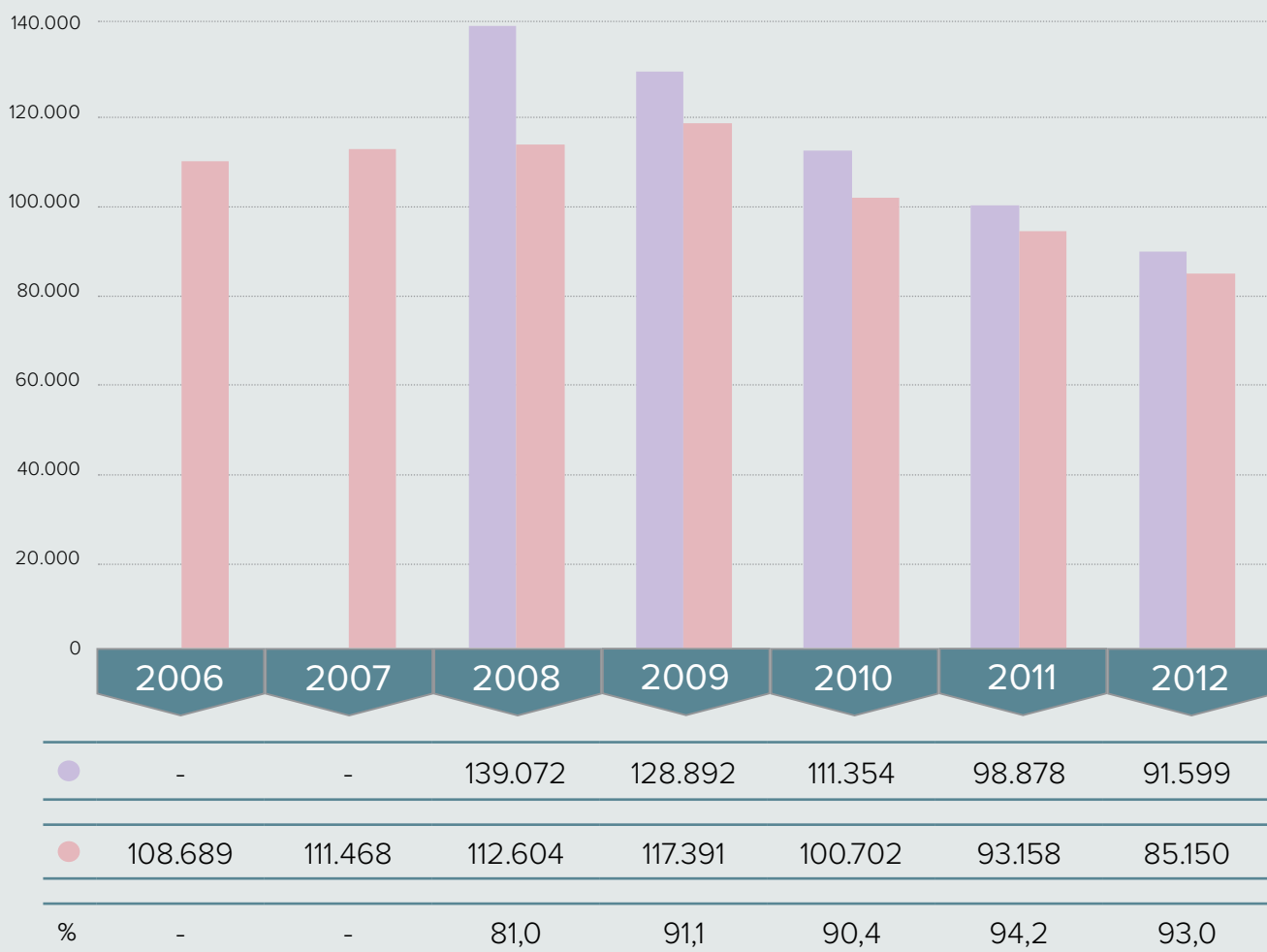
2005	2006	2007 a 2012
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação amostral - 2º ano (apenas Rede Estadual) 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação amostral - 2º ano Avaliação censitária - 3º ano 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação amostral - 2º ano Avaliação censitária - 3º ano Avaliação amostral - 4º ano Avaliação censitária Baixo Desempenho*



PROALFA TRAJETÓRIA

- Número de alunos previstos
- Número de alunos avaliados
- % Percentual de participação

REDE ESTADUAL

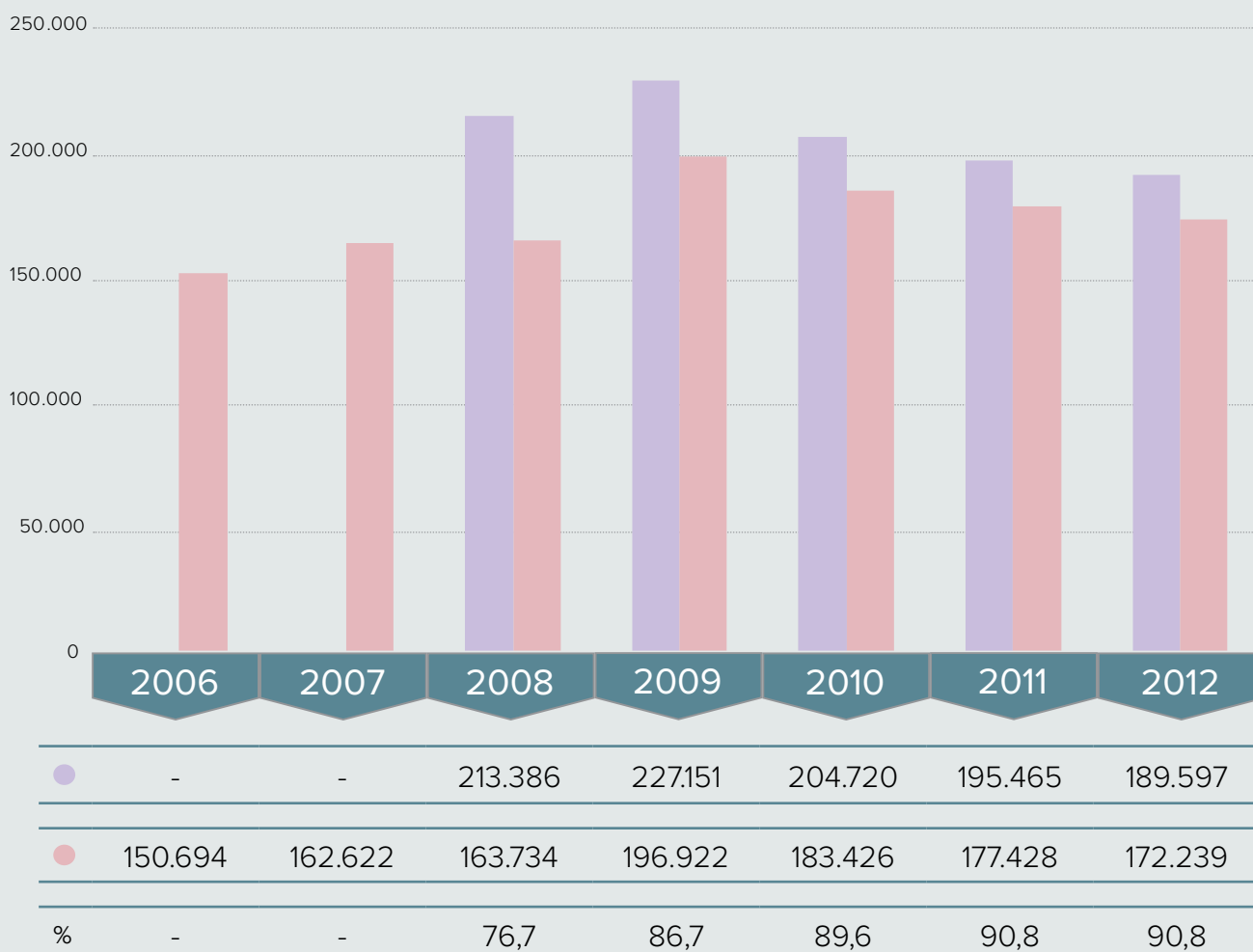


A incorporação de novos programas ao longo das edições do Proalfa visou à promoção de um diagnóstico cada vez mais abrangente dos processos de alfabetização e letramento na rede pública em Minas Gerais, a partir da implantação do Ensino Fundamental de nove anos.

Importa ressaltar que o 3º ano marca a conclusão do Ciclo da Alfabetização. Por isso, avaliar os alunos desta etapa, de forma censitária, possibilita diagnosticar pontualmente o desempenho de cada estudante, a fim de promover as intervenções necessárias à constante melhoria da aprendizagem. Desta forma, a avaliação censitária do 3º ano torna-se indicador indispensável à proposição de políticas públicas correlatas à Alfabetização. Os gráficos a seguir mostram como a participação nesta avaliação tem evoluído nas redes:

* A avaliação do Baixo Desempenho (BD) é aquela aplicada aos alunos que, na avaliação censitária (3º ano) da edição anterior, obtiveram baixo desempenho, ou seja, não consolidaram as habilidades previstas para o período de escolaridade. Desta forma, o monitoramento da evolução da aprendizagem destes alunos é fundamental para o processo de intervenção pedagógica que visa integrá-los ao Padrão Recomendado de leitura e escrita.

REDE MUNICIPAL



EXPERIÊNCIA EM FOCO

“O RESULTADO DE CADA ESCOLA É TAMBÉM O DE TODOS NÓS”

A avaliação como meio para a qualidade educacional

Há nove anos, Maria Eni Santos Fróes é responsável pela Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, localizada no extremo Norte de Minas e situada a 545 km de Belo Horizonte. Essa SRE atende hoje 95 escolas estaduais, sendo 24 em zona rural e mais de 35 anexos, distribuídas em 17 municípios. Possui em seu quadro 2.300 professores e 46.230 alunos; 303 escolas municipais e 27 da rede particular. A gestora ressalta que “os alunos atendidos são oriundos de famílias sertanejas, sofridas, mas que têm sonhos e acreditam que a escola pública possa fazer a diferença na vida de seus filhos”.

Maria Eni conta que escolheu trabalhar na área da Educação porque acredita ser “o principal caminho para o desenvolvimento pleno do indivíduo e, por consequência, da sociedade como um todo”. Destaca, ainda, que o principal compromisso na profissão “é transformar educação em conhecimento, permitindo que todos os seus atores, alunos e professores, atuem em iguais condições”. Exemplifica:

“Veja o caso das tecnologias de comunicação e informação que se expandiram sobremaneira pelo mundo. A escola, como um pequeno universo dentro desse mundo, não pode ficar alheia a elas. O aluno já chega à escola com diversos saberes e muitas informações acumuladas desde o início de



“ o desafio está em buscar meios para essa transformação e, assim, elevar os índices de proficiência de nossas escolas, propiciando melhor qualidade no ensino e condições para o desenvolvimento social de nossos alunos.. ”

Maria Eni Santos Fróes,
Diretora da SRE de Janaúba



2

A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL: OBRIGATORIEDADE E EXPECTATIVAS

A estrutura e a forma de organização do Ensino Fundamental têm apresentado muitas mudanças nos últimos anos, revelando uma preocupação com o ensino ofertado por esta etapa de escolaridade. Uma das mudanças mais significativas foi a ampliação do Ensino Fundamental, que passou a contar com a previsão de nove anos de escolaridade, um ano a mais do que previa a organização anterior, de oito anos.

A concepção de um Ensino Fundamental de nove anos não é uma peculiaridade do sistema educacional brasileiro. Ela pode ser percebida como um movimento mundial, que já ganhou força em muitos outros países, e se encontra em expansão também na América Latina.

No Brasil, a Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, é o documento que dispõe e regulariza a escolaridade obrigatória com entrada na escola a partir dos

seis anos de idade, prevendo a organização do Ensino Fundamental em nove anos. A Lei é fruto do entendimento de haver uma necessidade de ampliar a duração da escolaridade obrigatória no país.

A determinação legal de ampliação do tempo de escolaridade, com a consequente inclusão das crianças com seis anos de idade no Ensino Fundamental, tem dois principais objetivos:

- Oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória, já que prevê um aumento do tempo de escolaridade;
- Buscar assegurar uma maior permanência das crianças e, depois, adolescentes, na escola, permitindo que alcancem maior nível de escolaridade, visto que as crianças ingressariam mais cedo no sistema escolar.



A AMPLIAÇÃO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA ESTÁ RELACIONADA COM A TENTATIVA DE ENFRENTAR DOIS GRANDES PROBLEMAS QUE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA VEM APRESENTANDO: OS ALTOS ÍNDICES DE EVASÃO ESCOLAR E A QUALIDADE DO ENSINO OFERTADO NO PAÍS, AINDA AQUÉM DO QUE SE ESPERA

Estes dois objetivos se alicerçam, fundamentalmente, em duas crenças: a de que, quanto mais longa for a escolaridade obrigatória, maiores as chances de o estudante permanecer na escola; e a de que a antecipação da entrada dos alunos no Ensino Fundamental aumentará suas oportunidades escolares, fazendo com que alcancem melhores rendimentos no decorrer de sua trajetória escolar. Essas duas crenças revelam, portanto, que a ampliação da escolaridade obrigatória está relacionada com a tentativa de enfrentar dois grandes problemas que a educação brasileira vem apresentando: os altos índices de evasão escolar e a qualidade do ensino ofertado no país, ainda aquém do que se espera.

Além dessas preocupações, ainda há outra, de cunho social. O ingresso antecipado na escola atende a camadas menos favorecidas da população. Crianças de estratos sociais mais favorecidos, na idade de seis anos, em regra, já estavam frequentando a escola. O mesmo não ocorria com as crianças cuja origem social era menos favorecida. Ainda um ponto importante a ser considerado: já havia uma tendência, anterior

à Lei 11.274, de ingresso na escola aos seis anos de idade, como mostram os dados do IBGE, relativos ao tema, datados de 2000. Segundo tais dados, à época, 81,7% das crianças de seis anos já frequentavam a escola, sendo que cerca de 29% já estavam no Ensino Fundamental.

Quando se trata de avaliar as consequências da ampliação do ensino obrigatório, ainda é cedo para emitir algum julgamento sólido sobre suas possibilidades e falhas. Contudo, é possível, desde já, levantar alguns pontos essenciais em torno desse debate. Não há concordância, na literatura que tem se dedicado ao tema, acerca da eficácia do Ensino Fundamental de nove anos. Os especialistas se dividem.

Há quem acredite se tratar de uma política acertada, visto que o Ensino Fundamental estava mesmo carecendo de uma reforma em sua organização, e a ampliação da escolaridade obrigatória para nove anos seria um passo importante nesse sentido, pois não só contribuiria para uma mudança na estrutura e na cultura escolar, como também daria mais ênfase a uma etapa essencial do processo de



aprendizagem, a Alfabetização. Com mais tempo destinado à Alfabetização, estaríamos combatendo um dos grandes problemas educacionais que ainda nos aflige.

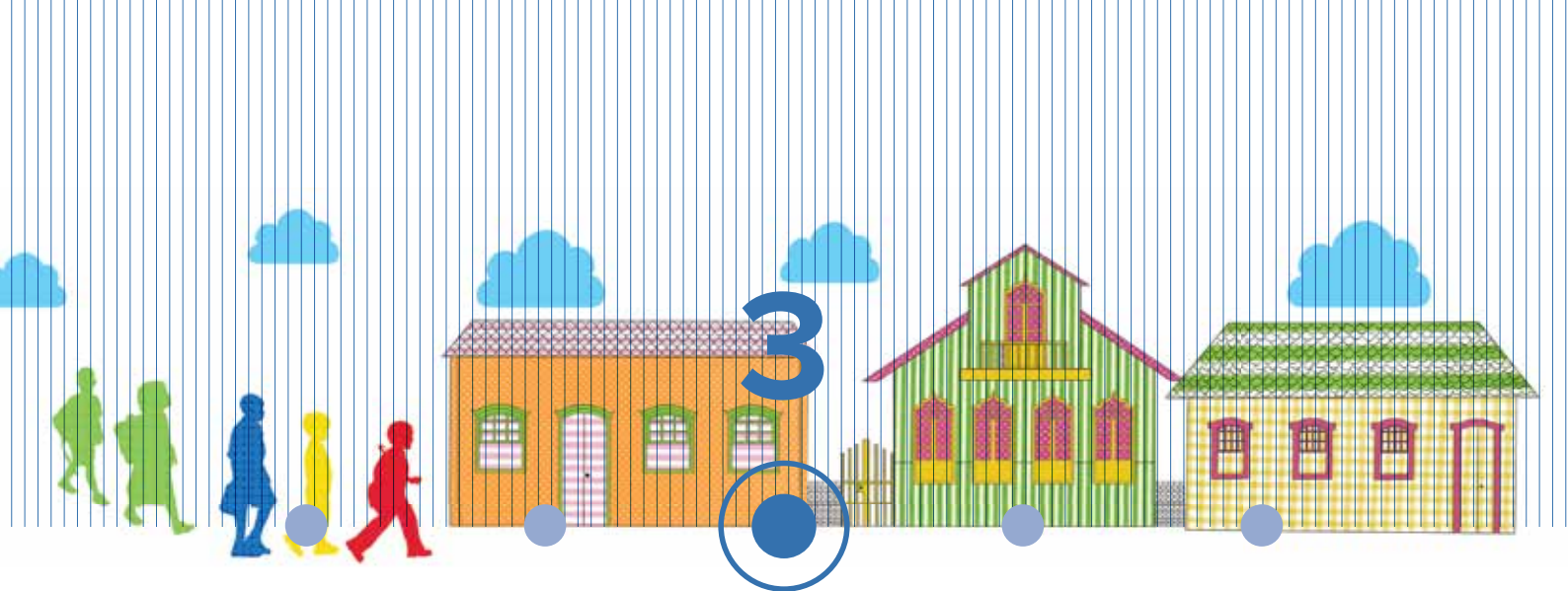
Por outro lado, há quem pense que tal ampliação acabaria por suprimir uma etapa do importante trabalho desenvolvido no período pré-escolar, no bojo da Educação Infantil. Além disso, o aumento do tempo destinado à escolarização obrigatória acabaria por se mostrar uma medida meramente administrativa, sem reais impactos na melhoria da qualidade da educação, na medida em que não implicaria uma reforma do Ensino Fundamental, constituindo uma ação isolada e, portanto, ineficaz.

Embora exista divergência acerca do tema, há um terreno comum, sobre o qual todos concordam. A ampliação do Ensino Fundamental não pode figurar como uma ação isolada, desconectada de um movimento maior, de reforma de toda a estrutura do Ensino Fundamental. Ela não pode ser pensada apenas como um acréscimo de um ano de escolaridade. Ainda, é preciso que haja uma reforma que vá além de aspectos meramente administrativos e organizacionais, tendo em vista a necessidade de uma mudança pedagógica. Isso significa a ênfase no aspecto cognitivo que essa mudança exige: formação específica de professores para trabalhar com crianças de seis

anos; adaptação de conteúdos, que devem ser específicos para essa faixa etária, e não uma simples transferência de conteúdos da antiga 1ª série do Ensino Fundamental; adaptação do material didático e das atividades utilizadas para atender a esse público específico; investigação de outros elementos necessários à adaptação desses novos alunos, como a própria organização física da sala de aula, bem como o mobiliário utilizado.

Vale notar ainda que, mesmo entre aqueles que acreditam na eficácia dessa mudança, estes pontos são ressaltados. No que tange à Alfabetização, por exemplo, não basta que o tempo dedicado a essa etapa seja ampliado do ponto de vista formal. É preciso que haja um uso mais eficaz do tempo destinado a esta atividade. Em razão do pouco tempo de implantação de tal política, ainda não é possível estabelecer um diagnóstico preciso se ela trará benefícios para o ensino ofertado, melhorando sua qualidade, ou se acarretará o aumento de problemas antigos, e mesmo o surgimento de novos. O fato é que, sem um planejamento que envolva a atenção a todos os elementos abarcados nessa discussão, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos será apenas mais uma tentativa de política educacional para a reforma de nosso ensino que não alcançou os resultados esperados.

A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NÃO PODE FIGURAR COMO UMA AÇÃO ISOLADA, DESCONECTADA DE UM MOVIMENTO MAIOR, DE REFORMA DE TODA A ESTRUTURA DO ENSINO FUNDAMENTAL



PADRÕES DE DESEMPENHO

Esta seção apresenta os Padrões de Desempenho agrupados em quatro níveis de acordo com intervalos de desempenho dos alunos na avaliação. Por meio desses Padrões, é possível planejar e realizar ações voltadas aos alunos a partir do nível em que se encontram.

Os testes aplicados aos alunos trazem uma medida de seu desempenho nas habilidades avaliadas, denominada PROFICIÊNCIA. Os resultados de proficiência obtidos foram agrupados em três PADRÕES DE DESEMPENHO – Baixo, Intermediário e Recomendado – em uma escala que varia de 0 a 1000. Esses Padrões proporcionam uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos alunos e oferecem à escola o entendimento a respeito do nível em que eles se encontram. Por meio deles é possível analisar a distância de aprendizagem entre os alunos que se encontram em diferentes níveis de desempenho, do mais baixo ao mais elevado. É importante atentar-se para os alunos que estão nos Padrões mais baixos, pois são eles os mais vulneráveis à evasão e ao insucesso escolar.

Os níveis de proficiência compreendidos em cada um dos Padrões de Desempenho, para as diferentes etapas de escolaridade avaliadas, correspondem a determinados intervalos de pontuação alcançada nos testes e estão descritos mais detalhadamente na Revista Pedagógica desta Coleção. A seguir, são apresentados os Padrões de Desempenho e sua respectiva caracterização.



PADRÃO DE DESEMPENHO

CARACTERIZAÇÃO

Neste Padrão de Desempenho, o estudante demonstra carência de aprendizagem em relação ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado, quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, é necessária uma intervenção focada para que possa progredir em seu processo de aprendizagem.

Baixo

O estudante que se encontra neste Padrão de Desempenho demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar. Neste nível ele já iniciou um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra.

Intermediário

Neste Padrão de Desempenho, o estudante demonstra ter adquirido um conhecimento apropriado e substancial ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Neste nível, ele domina um maior leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos.

Recomendado

INTERVALO NA ESCALA DE PROFICIÊNCIA

ETAPAS AVALIADAS EM LÍNGUA PORTUGUESA

2º EF

Até 350

350 a 450

Acima de 450

3º EF

Até 450

450 a 500

Acima de 500

4º EF

Até 500

500 a 600

Acima de 600

BD*

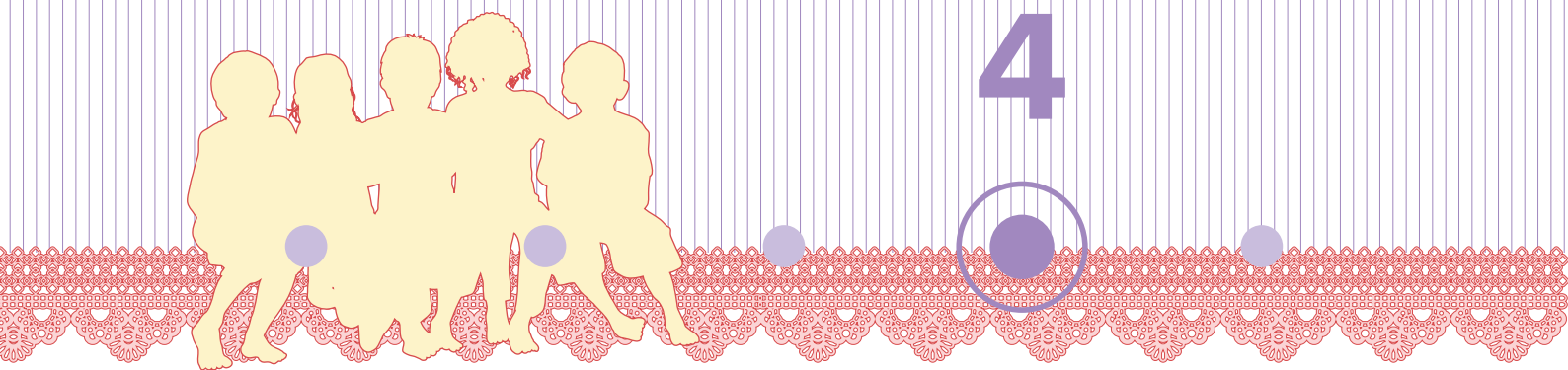
Até 500

500 a 600

Acima de 600

** Baixo Desempenho*





OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Nesta seção são apresentados os resultados dos alunos desta escola na avaliação do Proalfa 2012.

Para uma interpretação apropriada do desempenho da escola, encontram-se a seguir os resultados de proficiência média, participação e distribuição dos estudantes por Padrão de Desempenho. Esses resultados têm como objetivo oferecer à escola um panorama do desempenho dos estudantes avaliados em todas as etapas de escolaridade e áreas de conhecimento no ciclo 2012.

Legenda explicativa para o quadro de resultados de desempenho e participação

- **Resultados:** é explicitado o desempenho da escola e das demais instâncias por disciplina e etapa de escolaridade.
- **Edição:** ano em que a prova foi aplicada e ao qual o resultado se refere.
- **Proficiência média:** grau ou nível de aproveitamento na avaliação.
- **Desvio padrão:** medida da variação entre as proficiências individuais (ou seja, das diferenças de proficiência entre os alunos avaliados). Considerando um caso hipotético, em que todos os alunos de uma mesma escola obtenham exatamente o mesmo resultado no teste, o desvio padrão é igual a zero, indicando que não houve variação de proficiência dentre os alunos daquela escola. Valores menores de desvio-padrão indicam, portanto, uma situação mais igualitária dentro da escola, pois apontam para menores diferenças entre os desempenhos individuais dos alunos. Por outro lado, valores maiores de desvio padrão indicam que os alunos da escola constituem uma população mais heterogênea do ponto de vista do desempenho no teste, ou seja, mais desigual, de modo que se percebem casos mais extremos de desempenho, tanto para mais quanto para menos. Este dado indica o grau de equidade dentro da escola, sendo muito importante, pois um dos maiores desafios da Educação é promover o ensino de forma equânime.
- **Nº previsto de alunos:** quantidade de alunos calculada para participar da avaliação antes da realização da prova.
- **Nº de alunos avaliados:** quantidade de alunos que realmente responderam aos testes da avaliação.
- **Participação (%):** percentual de alunos que fizeram o teste a partir do total previsto para a avaliação. Este percentual é importante, pois quanto mais alunos do universo previsto para ser avaliado participarem, mais fidedignos serão os resultados encontrados e maiores as possibilidades de se implementar políticas que atendam a esse universo de forma eficaz.
- **% de alunos por Padrão de Desempenho:** percentual de alunos que, dentre os que foram efetivamente avaliados, estão em cada Padrão de Desempenho.

EXPERIÊNCIA EM FOCO

CONSCIENTIZAÇÃO E REFLEXÃO COLETIVA

Geraldo Teixeira Primo é diretor de escola no município de Monte Azul, cidade de aproximadamente 22 mil habitantes localizada na região Norte do estado. A escola em que atua atende 154 alunos, sendo 50 deles participantes do Projeto Escola em Tempo Integral.

Há oito anos no cargo, ele conta que decidiu ser diretor por acreditar que pode fazer mais pela educação e vê como principal desafio de sua profissão “encontrar meios mais viáveis para melhor atuar diante das diversidades e mudanças contínuas que ocorrem na educação”. Mesmo diante desse desafio afirma ser gratificante exercer a função de gestor.

Geraldo percebe a avaliação externa como “um instrumento que veio trazer melhores resultados na educação”, sendo essencial o papel do diretor no processo avaliativo, “pois através de sua iniciativa

e motivação envolverá todos os segmentos, conscientizando-os da importância de cada um no comprometimento com as avaliações”.

O trabalho de conscientização que a escola desenvolve sobre a importância da avaliação tem feito com que a comunidade a perceba de forma positiva e, além disso, os alunos têm se empenhado mais, conta o diretor.

Política de monitoramento

O gestor afirma que, “com base nas avaliações externas, a escola como instituição deve rever o seu papel na educação, em busca de atender o que almeja uma escola de qualidade.” Para isso, na escola em que atua, os resultados são divulgados e analisados por meio de reuniões com os servidores e em assembleias com toda



“ O trabalho de conscientização que a escola desenvolve sobre a importância da avaliação tem feito com que a comunidade a perceba de forma positiva e, além disso, os alunos têm se empenhado mais. ”

Geraldo Teixeira Primo,
Diretor da Escola Estadual Rodrigues Alvez, Monte Azul - SRE Janaúba.

a comunidade escolar, além da exposição de cartaz em mural.

Para Geraldo, a “comparação de resultados entre avaliações externas e avaliações internas ajuda a perceber a realidade em que se encontra o desempenho dos alunos e uma avaliação externa condizente com a interna significa que a escola tem conhecimento do nível de aprendizagem de seus alunos. A partir desta realidade percebida, através de ambas avaliações, a escola planeja sua intervenção, visando os alunos e a atuação dos professores no processo ensino-aprendizagem.”

O diretor acredita que a política de monitoramento da escola realizada com o apoio das avaliações é imprescindível: “com as avaliações externas há um maior envolvimento de diversos setores. Por exemplo: na intervenção pedagógica já tivemos análise do desempenho dos alunos por servidores

do órgão central (Belo Horizonte) e da SRE. Estamos tendo sempre acompanhamento e isto é muito positivo, deverá ser mantido e ampliado. É um suporte a mais para qualidade do ensino”, conclui.

Geraldo relata, ainda, que “os projetos de intervenção pedagógica, além do acompanhamento pela SRE, são implementados conforme aptidões dos profissionais que atuam na escola e parcerias; semanalmente, é destinado um momento no pátio para atividades diversas, como: palestras, ‘contação’ de histórias, momento literário com teatro, culminância de projetos de leitura, além do momento de leitura na biblioteca com cronograma por turma.” Ele enfatiza que é por meio da reflexão coletiva que se percebe as deficiências no processo de ensino-aprendizagem, “só a partir daí podemos planejar considerando aptidões de cada um e com trocas de experiências definir ações que venham sanar as deficiências.”



DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS – DAVE
GABRIELA DOS SANTOS PIMENTA LIMA

EQUIPE TÉCNICA:

ARLAINE APARECIDA DA SILVA
DÁRIO FAUSTO DE SOUZA
LUCIANA FONSECA RIBEIRO BARBOSA
ROSENEY GONÇALVES DE MELO

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – DAAP
MARINEIDE COSTA DE ALMEIDA DE TOLEDO

EQUIPE TÉCNICA:

ÉLIDA FERREIRA MARTINS
LÍLIA BORGES REGO
ROSANA CLEIDE DA SILVA GONÇALVES
SUELY DA PIEDADE ALVES



REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

COORDENAÇÃO GERAL DO CAEd
LINA KÁTIA MESQUITA DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO
MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA E MELO

COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA
TUFI MACHADO SOARES

COORDENAÇÃO DE ANÁLISES E PUBLICAÇÕES
WAGNER SILVEIRA REZENDE

COORDENAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
RENATO CARNAÚBA MACEDO

COORDENAÇÃO DE MEDIDAS EDUCACIONAIS
WELLINGTON SILVA

COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES DE AVALIAÇÃO
RAFAEL DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS
BENITO DELAGE

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO VISUAL
HAMILTON FERREIRA

RESPONSÁVEL PELO PROJETO GRÁFICO
EDNA REZENDE S. DE ALCÂNTARA

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação.

SIMAVE/PROALFA – 2012 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd.

v. 2 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual

ARAÚJO; Carolina Pires; MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira.

Conteúdo: Revista da Gestão Escolar.

ISSN 1983-0157

CDU 373.3+373.5:371.26(05)

